

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O objetivo do direito é a paz. A luta é o meio de
consegui-la. Enquanto o direito tiver de repelir o ataque
causado pela injustiça — e isso durará enquanto o mundo
estiver de pé —, ele não será poupado.

A vida do direito é a luta: a luta de povos, de
governos, de classes, de indivíduos. Todo o direito do mundo
foi assim conquistado. Todo ordenamento jurídico que se lhe
contrapôs teve de ser eliminado e todo direito, o direito de um
povo ou o de um indivíduo, teve de ser conquistado com luta.

10 O direito não é mero pensamento, mas sim força viva.
Por isso, a justiça segura, em uma das mãos, a balança, com a
qual pesa o direito, e, na outra, a espada, com a qual o defende.
13 A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada
é a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro
estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça
empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a
justiça maneja a balança.

O direito é um labor contínuo, não apenas dos
governantes, mas de todo o povo. Cada um que se encontra na
situação de precisar defender seu direito participa desse
trabalho, levando sua contribuição para a concretização da
ideia de direito sobre a Terra.

Rudolf von Ihering. **A luta pelo direito**. Tradução de J. Cretella Jr.
e Agnes Cretella. 5.ª ed. revista da tradução. São Paulo:
Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 31 (com adaptações).

Com referência às ideias apresentadas no texto precedente e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 A forma verbal “defende” (ℓ.12) está flexionada na terceira pessoa do singular por concordar com seu sujeito, cujo referente é “a justiça” (ℓ.11).
- 2 O uso combinado de “não é mero” como “mas sim”, no primeiro período do terceiro parágrafo do texto, tem o papel de mostrar que o direito, além de ser pensamento, é também uma força viva.
- 3 O direito é um produto histórico que resulta de constante luta de uma coletividade ou de um indivíduo.
- 4 A espada e a balança representam dois conceitos a partir dos quais se constrói o sentido do direito, sentido esse que se descaracteriza na falta de um deles.
- 5 Por ser um trabalho contínuo e de todo o povo, todos os cidadãos são chamados a tomar parte na tarefa de concretizar a ideia do direito sobre a Terra.
- 6 Ao se utilizar da luta como o meio para alcançar seu objetivo, o direito promove a ressignificação dos conceitos de luta e de paz, passando a encará-los como conceitos complementares.
- 7 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a oração “que se lhe contrapôs” (ℓ. 7 e 8) fosse reescrita como **que foi contraposto a ele**.

1 O Programa de Responsabilidade
Socioambiental Viver Direito do TJDFT foi instituído por meio
da Portaria GPR n.º 1.313/2012. As bases do Programa Viver
4 Direito, seus objetivos e sua meta permanente são
apresentados, respectivamente, nos artigos 1.º, 2.º e 3.º da
referida portaria, os quais são transcritos abaixo:

7 Art. 1.º Reeditar o Programa de Responsabilidade
Socioambiental do TJDFT Viver Direito, cuja base é a Agenda
Socioambiental do TJDFT que, em permanente revisão,
10 estabelece novas ações sociais e ambientais e as integra às
existentes no âmbito do Poder Judiciário do Distrito Federal e
Territórios, visando à preservação e à recuperação do meio
13 ambiente, por meio de ações sociais sustentáveis, a fim de
torná-lo e mantê-lo ambientalmente correto, socialmente justo
e economicamente viável.

16 Art. 2.º O Programa de Responsabilidade
Socioambiental Viver Direito objetiva indicar e programar
ações bem como sensibilizar os públicos interno e externo
quanto ao exercício dos direitos sociais, à gestão adequada dos
resíduos gerados pelo órgão, ao combate a todas as formas de
19 desperdício dos recursos naturais e à inclusão de critérios
socioambientais nos investimentos, nas construções, nas
22 compras e nas contratações de serviços da instituição.

Art. 3.º Define-se como meta permanente do Viver
25 Direito a gestão ambientalmente saudável, caracterizada pela
adoção de práticas ecologicamente eficientes, que visem
poupar matéria-prima, água e energia, bem como enfatizem a
reciclagem de resíduos e a promoção da cidadania e da paz
social, com base no desenvolvimento do ser humano e na
28 preservação da vida.

Internet: <www.tjdft.jus.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto precedente, julgue os itens subsequentes.

- 8 O deslocamento da partícula “se”, em “Define-se” (ℓ.24), para o início do período — escrevendo-se **Se define** — prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 9 Na linha 8, o antecedente do pronome relativo “cuja” é “base”, o que justifica o emprego do feminino singular nesse pronome.
- 10 O termo “à recuperação do meio ambiente” (ℓ. 12 e 13) desempenha a função de complemento verbal na oração em que ocorre.
- 11 A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula empregada logo após a palavra “sustentáveis” (ℓ.13) fosse suprimida.
- 12 O termo “ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável” (ℓ. 14 e 15) exerce a função de predicativo.

Texto para os itens de 13 a 21

1 Os dados revelam realidade alarmante: conforme o
IPEA, 63% das pessoas envolvidas em conflito não aciona o
sistema de justiça; a prática de tortura é sistêmica, segundo as
4 Nações Unidas; o sistema carcerário, cuja população aumentou
67% nos últimos 10 anos, é medieval e dá em oferenda nossos
jovens (negros em sua maioria) à rede de facções criminosas.
7 A violência contra os segmentos mais vulneráveis (idosos,
crianças, negros, mulheres, deficientes, população indígena e
LGBT) ecoa na sociedade pelas vozes que incitam o ódio sob
10 o manto de pretensa imunidade.

No cenário de exclusão e violência, é preciso
radicalizar a política de ampliação do acesso à justiça. Para
13 tanto, não basta a inclusão no sistema da maioria excluída. Há
consenso de que o acesso à justiça não se limita ao direito de
acessar o Judiciário. Para que a promoção da justiça seja tarefa
16 de todos, é necessário romper os limites das liturgias forenses
e levar a justiça onde o conflito está, ou seja, na vida, na casa
e na rua. Nesse sentido, a política de universalização do acesso
19 à justiça deve contemplar dois eixos de atuação: o de proteção
dos direitos violados (inclusive quando o órgão violador é o
próprio Estado) e o de prevenção da violência, por meio do
envolvimento da sociedade na formulação de uma política que
22 assegure direitos e promova a paz.

No primeiro eixo, é preciso coragem para a adoção de
25 políticas públicas no âmbito penal com franco apelo popular:
firmeza no combate à tortura e à violência policial,
reestruturação da política penitenciária e fortalecimento da
defensoria pública para assegurar a proteção dos direitos
28 humanos. Não é aceitável que o Brasil pretenda consolidar sua
democracia praticando um direito penal patrimonialista e
revanchista que olha para o passado, julga e pune, sob a
pretensão de que a privação da liberdade vai “reeducar” o
31 indivíduo a viver em sociedade.

Os estatutos penais devem absorver as práticas
restaurativas que recuperam as relações afetadas pela violência.
São inúmeras as alternativas penais possíveis que, por sua
efetividade, afastam a impunidade: as prestações de serviços
37 comunitários; os círculos restaurativos nos moldes da
Resolução n.º 2.002/2012 da Organização das Nações Unidas;
a mediação de conflitos no âmbito penal, civil e familiar. No
eixo da prevenção da violência, a sociedade pode promover a
justiça comunitária antes da judicialização dos conflitos, por
40 meio da mediação, da educação para os direitos e da
articulação de uma rede de participação na gestão da
comunidade.

A política de acesso à justiça deve mobilizar todos os
segmentos sociais contra a violência que emerge no cotidiano,
dentro e fora do Estado. Para além das múltiplas portas que o
46 sistema de justiça deve abrir, é necessária a adoção de espaços
livres de coerção para a construção de uma justiça acessível,
49 mas, sobretudo, realizada por todos.

A respeito das ideias apresentadas no texto, julgue os itens
seguintes.

- 13 Historicamente, a sociedade tem atuado à sombra do Poder
Judiciário na luta contra a violência. Atualmente, essa situação
mudou e o envolvimento da sociedade na formulação de
políticas de prevenção da violência é cada vez mais
fundamental.
- 14 A universalização do acesso à justiça é dificultada pela
distância entre os órgãos da justiça e os lugares onde ocorrem
conflitos e pela existência de muitos espaços marcados por
coerções, exclusões e violência.
- 15 A radicalização das políticas de promoção da justiça,
defendida no texto, não se esgota em medidas de inclusão da
maioria excluída no sistema judiciário, devendo contemplar
medidas de proteção de direitos violados e medidas de
prevenção de violência.

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os
próximos itens.

- 16 No segundo período do terceiro parágrafo, a escolha vocabular
— exemplificada por “revanchista” (l.31), entre outros
exemplos — e o uso de certas estruturas sintáticas — ilustradas
por “Não é aceitável” (l.29) — contribuem para a veiculação
da opinião da autora do texto.
- 17 O emprego do verbo “dever” e o uso das expressões “ser
preciso” e “ser necessário” ao longo do texto servem para
sinalizar ações consideradas importantes e programáticas no
desenvolvimento de uma nova política de acesso à justiça.
- 18 No primeiro parágrafo do texto, utiliza-se trecho de natureza
descritiva para fundamentar a argumentação, pois o parágrafo
se inicia com uma ideia que é corroborada pela descrição de
uma série de fatos relevantes.
- 19 A oração “radicalizar a política de ampliação do acesso à
justiça” (l.12) e o termo “consenso” (l.14) exercem a mesma
função sintática nos períodos em que ocorrem.
- 20 O uso do modo subjuntivo em “que assegure direitos e
promova a paz” (l. 22 e 23) indica que a ideia expressa nessas
orações é uma possibilidade.
- 21 Em “mas, sobretudo, realizada por todos” (l.51), a palavra
“sobretudo” significa **especialmente** e serve para reforçar a
ideia de oposição veiculada pela conjunção “mas”.

***. 118/MJ

Em 12 de maio de 2011

À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ

Assunto: Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a Você o agendamento de visita técnica a este Departamento.

2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.

3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

Respeitosamente,

Maria Helena Júlia

Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ

Com base no disposto no **Manual de Redação Oficial da Presidência da República**, julgue os próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.

22 O emprego do vocativo “Excelentíssima” está adequado e justifica-se pelo fato de a destinatária do documento ocupar cargo de chefia de unidade administrativa.

23 Para garantir a correção gramatical e a adequação da linguagem, o pronome “Você” deveria ser substituído por **Sua Excelência**, considerando-se o cargo ocupado pela autoridade a que o documento se destina.

24 Infere-se do emprego do fecho “Respeitosamente” que o texto estabelece uma comunicação entre chefias de unidades administrativas.

25 O texto, uma comunicação administrativa entre unidades administrativas de um mesmo órgão, classifica-se como memorando.

26 O posicionamento adotado para a data e a numeração do documento está em desacordo com o disposto no referido manual para o padrão ofício de documentos oficiais.

This text refers to the items from 27 through 36.

1 An interest in the legal process and finding flaws makes you the perfect candidate for a court analyst position. Responsible for sifting through court procedures with a
4 fine-tooth comb, a court analyst finds ways to improve the efficiency of the court.

7 If people always tell you that you are good “at finding flaws”, then the job of court analyst is the one for you. Your keen eye for imperfection is put to the test as you observe court practices and policies, then make recommendations on how to
10 fix them.

13 Flaw finding does not stop there, as court analysts also work to find ways to save money. Court systems are funded with government money, and eliminating wasteful government spending is not just a catchphrase. If you become a court analyst, you will analyse budget expenditures to identify ways
16 to reduce costs while keeping customer service or the judicial process flowing smoothly.

19 Prepare your eyes for countless hours of research as you pore over data and statistics related to operational procedures and expenditures. The information you gather is used to support efficient recommendations made to court
22 administrators.

25 Writing and presentation skills are a must as well to compile your recommendations and supporting evidence. Your reports are critical as a summary of your findings, and should reflect your expertise.

Internet: <<http://www.insidejobs.com>> (adapted).

It can be correctly deduced from the text that a court analyst

27 is expected to find ways to ban costs.

28 is supposed to work with the aim of maintaining the steady flow of the judicial process.

29 should be interested in finding out faults in the legal processes.

30 is the sole responsible for the technical improvement of court activities.

According to the text, judge the following items.

31 The analyst ought to be a researcher.

32 The information collected by the analyst is a useful tool for the court administrators.

33 Being able to write well is a recommended ability for a court analyst.

34 The analyst’s report should present harsh criticism.

35 In line 3, the expression “sifting through” means **examining information or documents to find what one is looking for**.

36 The analysts are supposed to examine data and statistics carefully and in a lot of details.

Julgue os itens a seguir à luz da Lei de Improbidade Administrativa.

- 37 Ao negar publicidade a ato oficial, o servidor público comete ato de improbidade administrativa, o que atenta contra os princípios da administração pública. Para tanto, torna-se irrelevante considerar se houve ação de caráter doloso ou culposo.
- 38 Considerando a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao conceito de agentes públicos, todos os agentes políticos estão sujeitos às disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

Acerca das responsabilidades e penalidades do servidor público, julgue os itens que se seguem.

- 39 A aplicação da penalidade de demissão não poderá ser delegada pelo presidente da República a ministro de Estado, sob pena de ineficácia do ato.
- 40 O servidor não efetivo que ocupe cargo em comissão será demitido do cargo nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Com referência às disposições inscritas no Código de Ética Profissional do Serviço Público, julgue os próximos itens.

- 41 No exercício do direito de greve, o servidor público está desobrigado do dever de zelar pela defesa da vida e da segurança coletiva.
- 42 O registro sobre a conduta ética do servidor será fornecido pela comissão de ética aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, com o objetivo de instruir e fundamentar promoções.

A parceria transpacífica (TPP) — peça central da estratégia dos Estados Unidos da América (EUA) de fortalecer sua influência na Ásia — vai muito além da abertura comercial, visto que ela avalia a liderança de Washington na definição de regras que poderão ditar um novo capítulo da integração econômica mundial, com a regulação dos investimentos, o funcionamento da Internet e a atuação de empresas estatais.

O Estado de S.Paulo, 11/10/2015, p. B8 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto precedente como referência inicial, julgue os itens seguintes acerca do cenário econômico mundial contemporâneo.

- 43 A TPP insere-se no amplo contexto de uma economia crescentemente globalizada, realidade que, alimentada pela contínua ampliação da capacidade produtiva e alicerçada nas inovações tecnológicas que o desenvolvimento científico tem propiciado constantemente, é assinalada, entre outros elementos, pela extraordinária expansão do comércio e pelo elevado grau de competitividade.
- 44 De acordo com o ponto de vista norte-americano, a TPP garante continuidade aos passos estratégicos realizados anteriormente pelo país com a criação do NAFTA — que integrou as economias dos EUA, do México e do Canadá — e da ALCA, voltada para o conjunto das Américas, ambos de inegável êxito político e econômico.

- 45 A crescente importância econômica de países como China e Índia, somada ao protagonismo do Japão na economia mundial após a Segunda Grande Guerra, cria a perspectiva de que a Ásia se torne cada vez mais influente no cenário econômico global.

- 46 É possível inferir que a criação da TPP obedece a uma lógica essencialmente mercantil, o que afasta qualquer pretensão de hegemonia política e de hegemonia estratégica por parte dos EUA.

- 47 O Brasil, nação simpatizante à ALCA e com objetivo de aderir ao TPP, suscitou desentendimentos entre seus parceiros de MERCOSUL, sobretudo com a Argentina, ao unir-se com o Chile e com o Peru.

Eles chegaram num fluxo incessante. No auge, eram cerca de dez mil imigrantes por dia, e de um milhão dirigindo-se à Europa desde o começo deste ano. Era um cenário em que pessoas empurravam bebês em carrinhos, bem como pais idosos em cadeiras de rodas, e levavam nas meias as economias de uma vida inteira. Vieram à procura de uma nova realidade, mas, sob muitos aspectos, eram eles os arautos de uma nova época. Atualmente, estima-se que há sessenta milhões de refugiados pelo mundo, o que representa um número maior do que em qualquer outro momento registrado na história, e eles estão se deslocando em quantidades inéditas desde a Segunda Guerra Mundial.

The New York Times (International Weekly). In: Folha de S.Paulo, 7/11/2015 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes a respeito dos refugiados pelo mundo, assunto abordado no texto precedente.

- 48 De acordo com a declaração universal dos direitos humanos, aprovada pela ONU, “toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. Isso leva a concluir que cada refugiado é reflexo de um grave padrão de violação dos direitos humanos.

- 49 As atuais correntes migratórias, que chamam a atenção do mundo, partem de pontos distintos. Em geral, os grupos originados da África subsaariana e do Oriente Médio — especialmente da conflagrada Síria — têm como destino a Europa.

- 50 À exceção da Alemanha, que enfrenta significativa crise econômica, os demais países integrantes da União Europeia foram ágeis na recepção dos atuais imigrantes refugiados, e lhes ofereceram abrigos provisórios, alimentação e documentação regularizada.